

CIDADE E DISCURSO PARADOXOS DO REAL, DO IMAGINÁRIO, DO VIRTUAL*

*Mônica Graciela Zoppi-Fontana***

Resumo

Este trabalho analisa as imagens e representações de cidade que aparecem em algumas matérias jornalísticas publicadas no Brasil, focalizando o funcionamento da linguagem como espaço simbólico para a produção dos efeitos de evidências que constituem "a realidade" do sujeito e que permeiam desta maneira a relação que ele estabelece com a cidade que habita. As categorias de real, imaginário e virtual são discutidas teoricamente a partir do aparelho conceitual da Análise do Discurso.

A cidade e as questões urbanas têm aparecido nos últimos anos como centro de reflexões e debates acadêmicos e políticos. Por ocasião das eleições para prefeito em 1996, essas discussões se intensificaram e a mídia participou ativamente delas. Neste trabalho, focalizo um aspecto dessa ampla temática: a modalidade sob a qual se apresentam as imagens e representações que sustentam as diversas posições que se cruzam nos debates sobre a cidade.

Desta maneira, gostaria de chamar a atenção para uma dimensão específica da cidade: a sua dimensão discursiva, isto é, a dimensão dos processos discursivos que constituem as imagens de cidade e de cidadão/cidadão que orientam as práticas do espaço urbano. Deste ponto de vista, pensar a cidade implica, então, pensar como ela significa, quais são os sentidos produzidos nela e sobre ela pelos diversos discursos que a configuram e interpretam (cf. Labeurb, 1996). O que nos leva a colocar a questão da identidade em relação às representações do espaço/tempo urbano trabalhadas pela linguagem enquanto campo simbólico de elaboração do sentido.

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada na VI COMPÓS, realizada em São Leopoldo, RS, de 2 a 6 de junho de 1997

** Labeurb/Nudecri/Unicamp e DL/IEL/Unicamp.

O que significa pensar a identidade em relação à cidade? Isto é, como trabalhar teórica e analiticamente com os processos de subjetivação e identificação do sujeito em relação à elaboração simbólica do espaço? E, especificamente, como compreender esse espaço urbano, que se nos apresenta ao mesmo tempo como condição de produção e como metáfora dos efeitos de sentido que constituem o sujeito no contexto sócio-histórico das cidades modernas?

Estas questões se colocam assim que começamos a refletir sobre a cidade enquanto universo discursivo (Maingueneau, 1987), no qual sujeito e sentido são produzidos a partir de condições de produção sempre específicas e determinadas.

Para continuar esta reflexão, vou citar alguns fatos discursivos¹ que ajudam a situar as questões que colocamos. Tratam-se de matérias publicadas na *Folha de S. Paulo* durante o mês de setembro de 1996. Os enunciados citados permitem observar algumas das múltiplas imagens que fazem a cidade e se fazem sobre ela. Vamos, então, aos fatos:

1) Em 27-9-96, no setor de notícias do Brasil, aparece a seguinte manchete:

CAI O NÚMERO DE POBRES URBANOS, DIZ IPEA.

Pesquisa: Estudo foi feito em seis regiões metropolitanas; cerca de um terço da melhora ocorreu após o aumento do mínimo.

O texto da matéria informa:

A população de pobres nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil caiu de 34% do total, em junho de 1994 (mês anterior ao do lançamento do Plano Real), para 27%, em fevereiro deste ano. O dado faz parte de um dos 33 estudos do trabalho "Economia Brasileira e perspectivas 1996", que será divulgado hoje pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ligado ao Ministério do Planejamento... Os economistas Marcelo Nery e Cláudio Considera, que desenvolveram o estudo, utilizaram o critério de pobreza definido pelo Banco Mundial: abaixo da linha de

¹ Cf. Orlandi (1996), que distingue as noções de dado e fato utilizadas pelas teorias de linguagem; a noção de fato permite desnaturalizar a relação com a realidade empírica, questionando a possibilidade de ter um acesso direto a dados "puros", independentemente da abordagem teórica assumida. Trabalhar na análise com a noção de fato implica partir do pressuposto de que todo recorte do real se constitui já como uma leitura, realizada a partir de uma determinada matriz teórica.

pobreza estão as famílias com renda per cápita inferior a R\$ 45 em São Paulo. Isso significa que uma família de quatro pessoas é considerada pobre se tiver uma renda mensal total inferior a R\$180 (4 vezes R\$45)... Apesar da melhora da situação das famílias pobres, o estudo revela que, no Brasil, os 20% mais ricos detêm uma renda igual a 5,4 vezes a dos 50% mais pobres.

2) Em 24-9-96, é publicado um artigo de Arnaldo Jabor intitulado: *EU SOU UM LEÃOZINHO QUE AINDA NÃO MORDE*. Relatado em primeira pessoa do singular, a partir da perspectiva de uma criança de rua, a matéria diz:

Sou um menino-mendigo, um menino "excluído" como dizem agora... Como não estou em lugar nenhum, vejo tudo. ...Como não existo socialmente, sou um par de olhos sem corpo, uma espécie de turista..., um par de olhos de turista sobre um mundo que não habito... Minha vida é um grande playground, onde eu só posso brincar de fora: fora da vitrine, da loja, da padaria. A vitrine é o lugar das coisas que eu não posso ter. Seria eu uma espécie de realidade virtual? Isso. Minha existência é formal, apesar de minha carne e meus ossos. Não estou na paisagem. Sou apenas um contraponto que reafirma a vida real dos outros, ou, para os revoltados, uma contradição que mostra que a vida deveria mudar. As pessoas prefeririam que eu não existisse. Percebo isso com encanto, quando sou expulso de uma loja, ou quando ignoram minha presença. Eu percebo que estrago a festa. Eu sou o Outro total, o Outro completo, tão "outro", que não posso ser visto. Não tenho espelho, nada me refere.

3) Em 24-9-96, aparece na *Folha* uma notícia de cobertura das eleições para prefeito, cuja manchete é: *"CANDIDATO QUER CRIAR "PARIS DO NORDESTE"*; no corpo da notícia lia-se o seguinte:

O ex-governador do Piauí, Alberto Silva (PMDB), 76, disputa a prefeitura de Teresina prometendo reduzir a temperatura da cidade e transformar a capital do Piauí na "Paris do Nordeste". "O rio Poty é para Teresina o que o Sena (principal referência urbana de Paris) é para a capital francesa. Vamos aprofundar seu leito e transformar suas margens numa região de atração turística". O candidato peemedebista diz que o exemplo de que sua proposta é viável é o Potycabana, um

parque aquático construído no seu segundo mandato de governador (1986-1990) às margens do rio Poty e que foi inspirado na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Nos finais de semana o Potycabana é o principal centro de lazer da população pobre da cidade.

4) Em 26-9-96, Moacyr Scliar publica na sua coluna semanal um comentário em forma de paródia sobre a notícia do candidato a prefeito de Teresina. Sob o título *O SER - OU O NADA?*, ele escreve:

Sentados em uma nuvem, em algum recanto do Céu, Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir olhavam para a Terra, lá embaixo, e conversavam.

- Você se lembra do Brasil? - perguntou Simone. - Pois agora um candidato a prefeito quer transformar Teresina na Paris do Nordeste. O que me diz disso?

Sartre, como convém a todo bom filósofo, mesmo morto, meditou um instante:

- O mundo das explicações e das razões não é o mundo da existência... No mundo das explicações pode haver uma Paris em Teresina...

Simone mexeu-se, incômoda:

- Você não acha que está sendo idealista, que está colocando a metafísica eleitoral acima da realidade nordestina?...

- Precisamos diferenciar a Teresina Em-si da Teresina Para-si... Existe no momento uma Teresina Em-si; nada impede que a Teresina Para-si seja uma imagem de Paris... Se você pensar em Teresina como o Outro (ou Outra), você haverá de convir que é preciso admitir o encantamento de uma cidade imaginária.

- Mas o candidato...

- A Teresina parisiense, virtual que seja, já existe, e ponto final.

Nestes textos podemos observar a eficácia de uma dicotomia que perpassa freqüentemente as reflexões sobre questões sociais e urbanas: a oposição realidade/imaginário, na qual *imaginário* é entendido no sentido de fabulação, falsidade, engano, ilusão, sonho. Vejamos: em 1- encontramos a oposição entre a afirmação em termos absolutos *cai o número de pobres urbanos* e a explicação do conceito de pobreza que relativiza a afirmação anterior *uma família de quatro pessoas é considerada pobre se*

tiver uma renda...²; em 2- opõe-se a *realidade virtual* do menino de rua à *vida real dos outros*; em 3- a afirmação segura do candidato a prefeito *O rio Poty é para Teresina o que o Sena é para Paris* se enfrenta com as aspás e a ironia do título da matéria *Candidato quer criar "Paris do Nordeste"*; em 4- a *realidade nordestina, a Teresina Em-si* opõe-se a *Teresina Para-si, uma cidade imaginária, Teresina parisiense, virtual*. Outro aspecto que importa destacar são os diversos efeitos de sentido da palavra *virtual*, que desliza de um sentido que a associa a *miragem, ilusão*, portanto ao inexistente, para o sentido de *possibilidade, potencialidade*, portanto germe de existência ou existência futura; e finalmente para o sentido de *realidade virtual*, isto é, de um tipo específico de existência, no caso, a existência informática, que remete ao discurso da globalização.

Considerando o equívoco produzido por estes deslizamentos de sentidos, não deixa de espantar a perversidade de atribuir a modalidade de *realidade virtual* à existência do menino de rua e, ainda, identificá-la como uma *existência formal*, que remete ao discurso jurídico-administrativo, como veremos adiante³. Assim, o ser menino de rua, pobre urbano ou nordestino é definido e descrito a partir da atribuição da modalidade de real, imaginário ou virtual, às suas condições de existência. Desta maneira, a identidade dos sujeitos é apresentada e elaborada através do desenho das imagens opostas de uma "cidade real", uma "cidade imaginária", uma "cidade virtual", uma "cidade formal".

² Observemos o funcionamento das formas lingüísticas como marcas dos processos discursivos que configuram esta oposição. No caso da primeira afirmação, o verbo aparece no presente do indicativo, e a palavra *pobre* funciona como substantivo núcleo de um complemento preposicional (*de pobres urbanos*) que faz parte de um sintagma nominal (*o número de pobres urbanos*), a qual, enquanto frase descritiva definida, carrega um pressuposto de existência: pressupõe-se a existência da entidade *pobres urbanos* (cf. Frege, 1978). Na segunda afirmação, a palavra *pobre* funciona como adjetivo em posição de predicativo do sujeito da frase *uma família de quatro pessoas*, sendo qualificado por um particípio (*considerada*) que relativiza seu campo de aplicação, e seguido de uma cláusula condicional com o verbo no futuro do subjuntivo (*se tiver uma renda*). Desta maneira, a descrição do fato realiza-se lingüisticamente através de uma modalização de realidade que se opõe à explicação do fato descrito, realizada lingüisticamente através de uma modalização de irrealidade.

³ A matéria da *Folha de S. Paulo* de 15-10-96 assinada por Marta Salomon explora retoricamente a polissemia da distinção *real-virtual*. Ela intitula sua matéria sobre os projetos de geração de empregos do governo financiados com investimentos do BNDES da seguinte maneira: *PROMESSA DE FHC GERA "EMPREGOS VIRTUAIS"*. *DISCURSO: Presidente projetou criar este ano 6 vezes mais vagas que o total de desocupados nas maiores cidades do país*

Face a estas distinções, podemos nos interrogar sobre a validade dessa oposição. Qual cidade real? Real para quem? Real quando? Real onde? Real em relação ao quê? Se estas perguntas parecem bizantinas, analisemos o texto seguinte, que faz parte também da amostra de matérias publicadas na Folha de São Paulo:

5) Em 24-9-96 encontramos no caderno *Brasil* uma matéria sobre a campanha eleitoral numa cidade do Ceará que será coberta pelas águas de um açude. Com o título *CIDADE CONDENADA NO NORDESTE VIVE CAMPANHA ELEITORAL SEM PROMESSAS*, o jornalista desenvolve seu texto da seguinte maneira:

Jaguaribara, no sertão do Ceará, assiste este ano a uma campanha eleitoral inusitada. Como a cidade desaparecerá em poucos meses, submersa pelas águas do açude Castanhão, os dois candidatos a prefeito não têm promessas a fazer. Para seus eleitores, Pinheiro e Bacurau explicam que não podem prometer obras. "Não adianta construir uma escola se sabemos que a água vai destruir tudo", diz Bacurau... Já que as obras de Nova Jaguaribara não estão na alçada municipal, os candidatos também não se arriscam a formular propostas de governo para a nova cidade. "Vamos receber uma cidade já pronta. É esperar para ver", disse Bacurau... A coordenadora do projeto Nova Jaguaribara, Marilac Cabral, disse que a zona urbana de Nova Jaguaribara terá uma estrutura completa de saneamento básico, ruas pavimentadas, energia elétrica, telefone, área de lazer e rede de saúde e educação. "Poderíamos dizer que o futuro prefeito de Nova Jaguaribara é um sortudo. Receberá uma cidade pronta e planejada de acordo com a topografia, clima e cultura da região", disse ela... O início das obras está previsto para janeiro de 1997, e o término para junho de 98, seis meses antes da inauguração do Castanhão... O pedreiro Manoel Rodrigues de Lima, 39, está construindo uma casa para ele e outra para a filha... mesmo sabendo que elas serão inundadas junto com toda a cidade daqui a pouco tempo. Sem casa própria, Lima diz que resolveu construir as casas na cidade condenada para receber duas residências em Nova Jaguaribara, como garantem as regras da mudança. "E se a inundação não vier, estou garantido", disse... Uma das obras em andamento é uma igreja da Assembléia de Deus... os fiéis da igreja foram unânimes no apoio à construção do templo. Dividiram-se, porém, quanto ao motivo.

“Uma parte quer uma sede em Nova Jaguaribara; a outra parte ainda não acredita que a cidade será inundada”, diz Lucena.

Qual é o limite entre real, virtual e imaginário neste caso? Para os candidatos a prefeito da cidade a história estendeu uma armadilha temporal: a cidade na qual fazem campanha tem sua existência ameaçada, e a cidade na qual exercerão a maior parte de seu mandato não existe ainda, e quando vier a existir será *uma cidade já pronta*, produto de um planejamento que independe das promessas de campanha. Para a coordenadora do projeto de Nova Jaguaribara, a nova cidade já existe enquanto modelo urbanístico, é uma realidade ainda não realizada, com data marcada para vir a ser. Neste sentido, ela é uma cidade virtual, porque é já em potência o que será logo em ato⁴, mas também porque tem sua existência assegurada pela virtualidade da lei: existe uma regulamentação que lhe dará sua forma real futura e que esvazia de sentido qualquer iniciativa de gestão administrativa na Jaguaribara atual, *condenada*, como quer o título da matéria. Assim, as *regras da mudança* e os fatos que elas sancionam passam a ter um grau maior de existência do que as carências atuais da cidade e as demandas de ação que elas criam. Observamos que o texto da lei funciona, neste caso, sob a modalidade de uma *realidade virtual*, aqui entendida não só como possibilidade de existência (passada, atual ou futura) do fato que a lei sanciona, mas sobretudo, no sentido de existência formal (universal e atemporal) do fato na lei, como apontávamos acima.

Seguindo o raciocínio da coordenadora e dos candidatos a prefeito, poderíamos concluir que a Jaguaribara que existe hoje é menos real que a Nova Jaguaribara que ainda não existe: falta-lhe uma de suas principais dimensões, a temporal, o que *condena* sua existência atual e inibe sua existência virtual. Diríamos, então, que Jaguaribara, a cidade de hoje, é imaginária? O pedreiro Manoel está construindo duas casas imaginárias? Elas são uma imagem antecipada das casas que serão na cidade nova, atendendo ao direito garantido pela legislação da mudança. Então são casas virtuais, existem enquanto desenho na prancheta (informática?) do projeto urbanístico. Mas Manoel disse: *se a*

⁴ Se consideramos que atualmente os meios mais utilizados por arquitetos, engenheiros e urbanistas para o desenho de projetos e planejamentos urbanos são a informatização e a computação gráfica, poderíamos também falar em *cidade virtual* no sentido mais freqüentemente usado hoje pela mídia, de entidade informática com existência em rede, em banco de dados ou em arquivos informatizados.

inundação não vier, estou garantido. São casas reais, portanto; a inundação é que é imaginária, como acredita boa parte dos fiéis da Assembléia de Deus.

Fora as semelhanças com a *Crônica de uma morte anunciada*, o caso de Jaguaribara permite refletir sobre outra dicotomia muito freqüente nos debates sobre questões urbanas: a oposição entre cidade legal/cidade real. E aqui encontramos os efeitos materiais do discurso e da prática do Urbanismo.

Retomemos a matéria da *Folha* e vejamos como é apresentada a cópia futura de Jaguaribara. A coordenadora do projeto da nova cidade diz: *o futuro prefeito de Nova Jaguaribara é um sortudo. Receberá uma cidade pronta e planejada de acordo com a topografia, clima e cultura da região.* Poderíamos nos perguntar, a título de provocação, por que sortudo? Por receber uma cidade já pronta? Mas o que significa *uma cidade já pronta*? A Jaguaribara que será engolida pelas águas não está *já pronta*? Aparentemente não, porque se não fosse a inundação, haveria obras para fazer (e prometer). Portanto, a velha Jaguaribara, com a ajuda dos seus prefeitos (ou apesar deles), está se *fazendo pronta*. Processo que será abortado pela inundação. Mas, mesmo assim, ela não está mais *pronta* que um plano urbanístico ainda não começado? Aparentemente não, porque esse plano representa em si mesmo a meta desejada, o destino final que toda cidade deveria alcançar: a cidade prometida. Portanto, não basta *estar feita* para *ser pronta*: é preciso ainda ser e estar *planejada de acordo com a topografia, clima e cultura da região... ter estrutura de saneamento básico, ruas pavimentadas, energia elétrica, telefone, área de lazer e rede de saúde e educação.* Todos terão telefone? E casa? Vejamos o que garantem *as regras da mudança*, segundo informa a matéria da *Folha*:

6) *Cada morador proprietário de uma casa em Jaguaribara receberá gratuitamente uma outra na nova cidade. Em Nova Jaguaribara, as casas terão três tamanhos-padrão, 50m², 100m², 150m². O tamanho da nova casa será proporcional ao da original. Quem possui imóveis não-residenciais, também receberá um equivalente. A Igreja Católica de Nova Jaguaribara será uma réplica da existente na área condenada. Os moradores que pagam aluguel terão acesso a uma linha de financiamento da casa própria. Os proprietários rurais serão indenizados por suas áreas.*

Aparentemente não é só a Igreja Católica que terá uma réplica exata na cidade prometida; toda a estrutura social da velha Jaguaribara se perpetuará copiada na nova cidade. Será mesmo tão sortudo o novo prefeito? A inundação de Jaguaribara, enquanto metáfora apocalíptica, nos alerta contra as miragens de uma teleologia urbanística⁵.

Neste sentido, poderíamos nos interrogar sobre o presente de outra cidade *já pronta*: Brasília. Ousaríamos dizer hoje que ela *é uma cidade pronta*? *Ser pronta* não seria um processo, mais do que um estado, e se assim o entendemos, não seria um processo que abre a possibilidade de múltiplos futuros conflitantes? Como avaliar, então, quando uma cidade *já está pronta*? *Pronta* em relação a qual projeção de futuro, em relação às metas de quem?

O Urbanismo ou Planejamento Urbano, desde sua origem no séc. XIX, se caracteriza por propôr respostas “adequadas” para estas interrogações, intervindo na cidade mediante planos que se sustentam no pressuposto da relação meio/comportamento: mudar o espaço para mudar o social; mudar a cidade para mudar a vida. Produto dessas intervenções é a imposição de uma organização (administrativa, jurídica, urbanística) sobre as múltiplas identidades e práticas que configuram, na sua contradição, a cidade. Assim, do ponto de vista factual, enfrentamos as denúncias cada vez mais freqüentes, sobretudo na mídia, sobre o hiato crescente entre uma *cidade legal* (limpa, organizada, planejada) e uma *cidade real* (que seria sua contraparte); uma cidade que só existiria no papel, na letra da lei, e uma cidade de carne e osso (e sangue)⁶. De novo uma dicotomia, que faz intervir o aspecto formal da virtualidade do discurso jurídico-administrativo. A Jaguaribara real e a Nova Jaguaribara planejada; a miséria que toma conta do país e os *pobres urbanos* do

⁵ Aliás, segundo os moradores mais antigos da cidade, sua destruição cumpre uma profecia, segundo informa a matéria da *Folha*: *O fim da cidade é fruto de uma ameaça proferida por um certo frei Vidal -seguidor do beato Antônio Conselheiro, que viveu na cidade há cerca de cem anos. O frei ergueu uma cruz de madeira em frente à igreja de Santa Rosa e sentenciou que sua retirada iniciaria a decadência irreversível da cidade. Para o fazendeiro Admário Moreira de Negreiros, 70, a previsão está se confirmando. O culpado seria o ex-prefeito José Batista de Brito, que em 1966 derrubou a cruz para construir uma praça... Dezenove anos depois, o governo do presidente José Sarney anunciou a intenção de construir a barragem que vai acabar com Jaguaribara. A profecia se cumpriu.*

⁶ Cf., por exemplo, De Certeau (1980:171-2), quando afirma que *uma cidade transumante e metafórica insinua-se no texto claro da cidade planejada e visível... a linguagem do poder se urbaniza mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico.*

IPEA. Mas essa cidade de papel não é produto dos embates de interesse de forças muito reais que se enfrentam na cidade e através dela? E essa cidade de carne e osso não palpita atravessada pelas leis que a configuram e que desenham a trama do direito ao espaço? Encontramos de novo as falácias de uma abordagem empiricista que polariza o debate sobre o urbano a partir dos opostos realidade/imaginário e da identificação do real com a “realidade”.

Do ponto de vista discursivo, o que observamos, na verdade, é um deslizamento de sentido que leva das questões sociais às questões urbanas, configurando um processo de *espacialização* do discurso que recoloca as questões sociais em termos espaciais⁷. Esse deslocamento produzido no seio do discurso teórico se projeta sobre o discurso jurídico na forma de regulamentações urbanas, que definem o direito à cidade. Haveria, então, um duplo deslocamento: do campo do político (direito à cidade) ao campo do social (essa falta de direito traduzida como “problema social”), e do campo do social (re-significado agora como “questão social”) à representação espacial do conflito (a “questão social” redefinida como “questão urbana”). Assim, como resultado desse duplo deslocamento, efeito do processo de espacialização produzido pelo discurso do Urbanismo, não só as questões sociais são redefinidas, mas também a cidadania (enquanto prática dos sujeitos) e a própria identidade dos sujeitos é recolocada em termos espaciais⁸. Como consequência desta espacialização se fazem visíveis os regimes de ocupação, de organização, de gerenciamento do espaço urbano, que permanecem implícitos, agindo silenciosamente para delimitar fronteiras internas, que separam e unem ao mesmo tempo as diferentes posições a partir das quais o sujeito captura e é capturado pela trama intrincada de processos de identificação que atravessam a cidade enquanto objeto simbólico.

O caso de Jaguaribara, dos pobres urbanos, do leãozinho que não morde, da Teresina parisiense, nos permitiram levantar algumas questões que nos reenviam à preocupação inicial deste texto: explorar a dimensão discursiva da cidade; explicar a afirmação feita

⁷ Neste sentido, a “questão urbana” emerge como uma transformação da “questão social”... O pensamento urbanístico aparece, assim, no início do século, claramente associado às idéias de reforma social (L. Ribeiro & A. Cardoso (1994:77).

⁸ Como estabelecer, senão, diferentes tipos de pobreza que permitam distinguir, no conjunto dos pobres, os *pobres urbanos*?

no início de que pensar a cidade implica pensar como ela significa, como ela é configurada e interpretada a partir de representações do espaço/tempo urbano trabalhadas pela linguagem enquanto campo simbólico de elaboração do sentido.

As análises que fizemos nos permitiram observar que são múltiplos os discursos que se cruzam no/sobre o espaço urbano. Porém, o peso relativo deles na construção de uma interpretação para a cidade não é o mesmo. Quem define o que é um *pobre urbano*, quem decide se eles aumentaram ou diminuíram nos últimos anos, quem diz qual é o melhor futuro para a cidade, quem faz seu planejamento?

No entremeado de discursos que interpretam e significam o espaço urbano, diversos enunciados, organizados como saberes especializados, intervêm de maneira dominante, legitimando certos gestos de interpretação⁹ que se tornam programas de intervenção na cidade, responsáveis não só pela organização física e jurídica do espaço urbano, mas, sobretudo, por um determinado “senso comum” em relação à configuração da cidade e à relação que o sujeito estabelece com ela. Como vimos nas análises, a mídia intervém nesse processo através da produção e/ou reprodução de imagens da/sobre a cidade, nas quais os atributos de real, virtual ou imaginário balizam os diversos discursos a partir dos quais se constroem as evidências desse “senso comum”.

Esses discursos, que podem ser entendidos como diferentes processos de simbolização do espaço (Mondada, 1989), na verdade refletem o trabalho de elaboração coletiva de um imaginário social (Castoriadis, 1986) que media a relação do sujeito com a cidade. Efetivamente, assumimos a posição da filiação teórica que nega um acesso direto à “realidade” e que define a relação entre o sujeito e o mundo como uma relação mediada pela linguagem, enquanto matéria significativa¹⁰. Porém, a relação da linguagem com o mundo tampouco é direta, a linguagem não reflete o mundo nem se abre a ele como uma janela transparente. Contudo, *ela funciona como se fosse transparente* (Orlandi, 1996), como se ela fosse uma simples etiqueta colocada para melhor manipular a realidade. Esta ilusão referencial que sofre o sujeito de ter acesso direto aos objetos do mundo é o que chamamos, seguindo Sercovich (1977), de *dimensão imaginária do discurso*.

⁹ Orlandi, E. (1996).

¹⁰ Cf. Pêcheux (1975), Orlandi (1996) e Sercovich (1977), entre outros.

Esta tese opõe-se diametralmente aos pressupostos do empirismo, cuja presença hegemônica se manifesta no sujeito como “senso comum”. Como vimos no nosso rápido apanhado de discursos atuais sobre a cidade, *em geral, opõe-se o real ao imaginário como o existente realmente à pura fantasmagoria* (Sercovich, op.cit:31). Do ponto de vista discursivo, *o imaginário... não se constitui como um determinado domínio de objetos* (fantasmáticos, irrealis, no caso), *mas como algo inalienavelmente presente em todo material significante* (idem:32). E, dado que a relação do sujeito com sua “realidade” é mediada pela linguagem, o imaginário não se opõe à realidade, mas é parte constitutiva dela. *Por refletir a realidade de tal ou qual maneira, são os sentidos* (produzidos pelo discurso na sua dimensão simbólica, isto é, lingüística) *que dão forma às representações* (idem:38) que definem a “realidade” para o sujeito. Assim, em lugar de opôr “realidade” a imaginário, *vamos definir a “realidade” como um efeito do imaginário*. Entendemos, então, a “realidade” como o conjunto de evidências que aparecem para o sujeito como necessárias, como imagem fiel do mundo. Essas evidências são produzidas pelo funcionamento da memória discursiva que fornece ao sujeito os elementos do seu dizer.

Em outras palavras, se a realidade significa, isto é, se um determinado estado de coisas é interpretado como sendo “a realidade”, é porque os fatos fazem sentido para o sujeito, eles ressoam¹¹ num concerto de significações e significantes presentes como memória discursiva. Neste sentido, a “realidade” não refere-se a um domínio de objetos definidos empiricamente, mas a um domínio de interpretação, a um gesto de interpretação que permite ao sujeito situar-se no mundo porque se situa no mundo das significações, isto é, se reconhece num lugar da memória discursiva. Assim, parafraseando Orlandi (1996:37), podemos afirmar que *o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído* pela memória discursiva. Portanto, a “realidade”, que serve de âncora para as dicotomias que perpassam o debate sobre as questões urbanas, ela mesma é já interpretação, que se impõe ao sujeito, junto com a necessidade de estabelecer dicotomias, como evidência, produzida pelo efeito do trabalho da ideologia no discurso.

¹¹ Cf. Serrani (1993) para uma definição do conceito de ressonância, utilizado pela autora para descrever os funcionamentos parafrásticos do *corpus* analisado.

Segundo Orlandi (op.cit:18) a interpretação é o lugar próprio da ideologia, posto que a autora define ideologia como uma injunção à interpretar os sentidos numa certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história. É a ideologia que produz o efeito de evidência, apagando as condições materiais de produção desses sentidos e apresentando-os como eternos e universais, “naturais”. *Pela ideologia, se naturaliza assim o que é produzido pela história* (idem:31). O campo das evidências, dos sentidos naturais, do “senso comum”, das transparências da linguagem, da identidade do sujeito, é o campo do imaginário, dos efeitos necessários produzidos pelo funcionamento do discurso na relação que o sujeito estabelece com as suas condições de existência. É no discurso, então, que o sujeito produz a “realidade”, enquanto relação imaginária que ele estabelece com as determinações históricas que constituem as condições de produção materiais de sua existência. São estas determinações históricas que entendemos como o real¹², o real histórico que constitui sujeito e sentido no cruzamento da ideologia com o inconsciente pela linguagem. E isto é o que entendemos por discurso: o objeto teórico que permite pensar a relação material que se estabelece entre inconsciente e ideologia através da linguagem, enquanto suporte simbólico dos mecanismos imaginários¹³.

A partir do exposto, observamos que as dicotomias que opõem *real/imaginário*, *real/virtual*, *real/legal* em relação ao urbano trabalham no campo dos mecanismos imaginários e ficam presas à ilusão referencial que constitui a relação do sujeito com o real. Desta maneira, elas tanto apagam a existência do real enquanto determinação histórica dos processos sociais quanto a eficácia material do imaginário, enquanto materialização dessas determinações no discurso e, através dele, nas práticas e na própria identidade do sujeito.

Por outro lado, a ênfase que o discurso da globalização dá à *realidade virtual*, entendida como o tipo de existência próprio das entidades que compõem as redes informáticas, produz um falso deslocamento, ao propor um terceiro grau de existência. Teríamos, então, a realidade (existência plena, em ato), a realidade virtual (existência em rede ou existência formal) e o imaginário (inexistência ou existência ficcional). Falso

¹² Neste sentido, podemos dizer que o imaginário é efeito do real; do real histórico e do real da língua. Agradeço a Maria Teresa Celada por esta observação.

¹³ Cf. Pêcheux (1975) e Orlandi (1996).

deslocamento, porque continua a ignorar a eficácia material do imaginário como instância constitutiva da relação do sujeito com o real. Perigoso deslocamento, também, porque, pelo viés da tecnologia, introduz-se no debate uma dimensão da dicotomia realidade/imaginário que apaga seu funcionamento ideológico e que explora o equívoco aberto pela polissemia do atributo *virtual*, deslizando entre virtualidade informatizada, virtualidade existencial (potencialidade) e virtualidade jurídica. As análises realizadas testemunham este deslizamento em relação à questão da cidade e a seu tratamento no campo da mídia.

Para fugir das armadilhas produzidas por uma abordagem empiricista das questões urbanas, propomos trabalhar com categorias que permitam analisar o cruzamento das diferentes memórias e posições a partir das quais são produzidos os efeitos imaginários que representam para o sujeito suas condições de inserção urbana. Focalizamos a análise, então, nos processos discursivos que produzem um conjunto heterogêneo e conflitivo de representações, que se impõem como corpo de evidências, de saberes, de "senso comum", a partir do qual se decide historicamente a definição, ocupação e uso do espaço urbano.

Desta maneira, propomos o paradoxo *cidade una/cidade fluida*, que definimos discursivamente como¹⁴:

a) *cidade una*: as representações homogeneizantes que tentam fixar e sistematizar determinados sentidos, disciplinarmente identificados (racionais, funcionais, higiênicos, econômicos), para o espaço urbano, e

b) *cidade fluida*: as múltiplas representações de origens diversas que, através de um movimento constante de interpretação, re-significam o espaço urbano sem desconhecer ou apagar sua heterogeneidade constitutiva.

¹⁴ Orlandi & Souza (1988) analisam a utilização de dois métodos diferentes de trabalho com a linguagem no campo da pesquisa sobre línguas indígenas. As autoras denominam esses dois métodos: *língua imaginária* e *língua fluída* e os definem a partir dos processos discursivos que os sustentam. *Língua imaginária é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações;... língua fluída é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas* (op.cit:75). Inspirados nesta distinção, deslocamos a oposição para o campo dos estudos urbanos e propomos o par *cidade una/cidade fluida*, como instrumento teórico-metodológico para a análise dos processos discursivos na/da cidade.

Em outras palavras, o paradoxo nocional cidade *una/cidade fluida* não se refere a "realidades" empíricas, mas a processos discursivos concretos e aos efeitos de sentido que resultam deles, produzidos ambos historicamente nas práticas de linguagem. Analisamos, assim, o confronto entre discursos que tendem a homogeneizar os múltiplos sentidos da/cidade e discursos que incorporam e trabalham essa heterogeneidade, ou seja, exploramos o funcionamento das práticas discursivas na/cidade em relação com os espaços de memória nos quais elas se inscrevem.

Neste sentido, propomos diferenciar na análise **lugar** de **espaço**. Segundo De Certeau (1980), um lugar é a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições, implica uma certa estabilidade. Um espaço é um lugar praticado, um lugar em movimento por efeito das operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente, conflitiva. Repensando essa distinção em termos discursivos, definimos um espaço como *um lugar atravessado pela memória*, isto é, um local (físico) constituído em *sítio de significância* (Orlandi, 1996), onde se cruzam diversos gestos de interpretação.

A partir desta distinção, podemos, então, explicitar o funcionamento da memória discursiva em relação aos processos discursivos que definem a cidade; ela se materializa como a possibilidade de transformação de um *lugar* (um local do tecido urbano) em um *espaço*, isto é, num ponto de inscrição do sujeito em relação aos processos de identificação que o constituem como cidadão e como cidadão.

E assim voltamos a nosso ponto de partida, quando nos interrogávamos sobre o que significa pensar a identidade em relação à cidade. Responderia agora, para finalizar, que implica explorar os mecanismos imaginários pelos quais a cidade se constitui como metáfora no jogo paradoxal das modalidades do real, do imaginário e do virtual, enquanto sintoma do equívoco que a atravessa e a constitui pela linguagem.

Résumé

Dans ce travail on analyse des images et des représentations de la ville qui apparaissent dans des journaux brésiliens. On focalise le fonctionnement du langage comme espace symbolique pour la production des évidences qui constituent "la réalité" du sujet, dessinant de cette façon des rapports qu'il établie à la ville qu'il habite. On discute les catégories du réel, de l'imaginaire et du virtuel dans le cadre conceptuel de l'Analyse du Discours.

BIBLIOGRAFIA

- Castoriadis, C. (1986) *A instituição imaginária da sociedade*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- De Certeau, M. (1980) *A invenção do cotidiano - artes de fazer*. Ed. Vozes, Petrópolis.
- Frege, Gottlob (1978) *Lógica e filosofia da linguagem*. Cultrix, São Paulo.
- Labeurb (1996) *Os sentidos públicos no espaço urbano*. Projeto temático de pesquisa coordenado pela Prof^a. Dr^a. Eni P. de Orlandi, desenvolvido no Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb), no Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (Nudecri), Unicamp. Aprovado pela Fapesp em março de 1997.
- Maingueneau, Dominique (1987) *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. Pontes & Ed. da Unicamp, Campinas, 1989.
- Mondada, Lorenza (1989) "L'Espace Pris au Piège". In Hauck, B. (org.) *L'Espace*. Payot, Lausanne.
- Orlandi, Eni P. (1996) *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Vozes, Petrópolis.
- Orlandi, Eni P. & SOUZA, Tânia C. de (1988) "A Língua Imaginária e a Língua Fluida: Dois Métodos de Trabalho com a Linguagem". In Orlandi, Eni P. (org.) *Política Lingüística na América Latina*. Pontes, Campinas.
- Pêcheux, Michel (1975) *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et alii. Ed. da Unicamp, Campinas, 1988.
- Ribeiro, L. & Cardoso, A. (1994) "Planejamento Urbano no Brasil: Paradigmas e Experiências". *Espaço & debate*. 14 (37), p. 77-89.
- Sercovich, A. (1977) *El discurso, el psiquismo y el registro imaginario. Ensayos semióticos*. Nueva Visión, Buenos Aires.
- Serrani, Silvana (1993) *A linguagem na pesquisa sociocultural. Um estudo da repetição na discursividade*. Ed. da Unicamp, Campinas.